

INTRODUÇÃO

Este livro surge na sequência da dissertação “Direito à Educação: a Concretização de um Direito das Crianças com Multideficiência”, realizada no âmbito do curso de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Este tema é motivado pelas experiências profissionais na qualidade de docente em contexto educativo com crianças com multideficiência. Trabalhar com esta população específica influencia a forma de ser e de estar do professor, tanto a nível profissional como pessoal.

Desde a Declaração de Salamanca que se defende a inclusão de pessoas com deficiência na Escola, significando que estas crianças têm o direito à educação, até hoje, muitas políticas educativas foram adotadas na perspetiva de concretizar a educação inclusiva e fazer valer o princípio de uma educação para todos, nomeadamente em Portugal. Neste sentido, atualmente, na maioria dos países desenvolvidos as crianças com deficiências ligeiras a moderadas estão já integradas nas escolas do ensino regular, bem como algumas crianças com deficiência(s) mais profundas.

As questões desenvolvidas em torno do direito à educação das crianças com multideficiência e a sua inclusão (ou não) nas estruturas regulares de ensino são a base de todo este trabalho, tal como nos apresenta Freire (1982):

E agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e rotina (p.101).

Correia (2001) considera que todos os alunos podem aprender juntos, independentemente de “características, capacidades, interesses e necessidades”, desde que seja dada atenção ao seu “desenvolvimento global (académico, socio emocional e pessoal)”. O autor defende ainda que o “princípio da inclusão assume que a heterogeneidade de características dos alunos só enriquece a escola”, “salvaguardando a educação apropriada” (p.125).

Surge assim a questão sobre como é respeitado e implementado transversalmente o direito individual à educação para todas as crianças. Salienta-se, neste contexto, que apesar do aparente consenso em relação a esta estratégia de inclusão, alguns autores defendem que a escola regular e a tempo inteiro não será uma resposta totalmente adequada para algumas crianças e jovens.

Com efeito, tal como referido por Barroso (2003), “a inclusão de todos os alunos nesta mesma ‘matriz’ pedagógica é responsável por muitos fenómenos de exclusão”. Numa escola que se quer “para todos, com todos e de todos”, assiste-se a uma ausência de “estruturas adequadas ao alargamento e renovação da sua população e sem dispor de recursos e modos de ação”, o que resulta num “claro desfasamento entre a procura e oferta escolares” (p.31).

Neste tema, também Marchesi (2001) aponta para a necessidade de “mudanças profundas” que promovam “a integração dos alunos com necessidades educativas especiais” com vista a uma “escola aberta para todos” (p.95).

Assim, este processo de inclusão levanta algumas questões conceptuais e de eficácia gerando alguma controvérsia de opiniões. Há quem a considere como uma utopia, outros como uma “mera retórica” e, outros, ainda, como uma “manobra de diversão” relativamente aos “reais problemas da escola” (Rodrigues, 1998, 2003, p.91).

O facto é que a educação inclusiva alerta para a necessidade de envolver a família e a escola no processo de inclusão sob o perigo de a escola se “fechar”, tornando-se numa “ilha paradisíaca” distante da comunidade, num processo verdadeiramente ineficaz (Rodrigues, 1998, 2003).

Este estudo pretende constituir um contributo para a reflexão acerca de como é concretizado o direito à educação de crianças com multideficiência. Por forma a contextualizar e encontrar respostas concretas, e por questões motivacionais e de localização, foi escolhido um Centro de Apoio a Deficientes Profundos, lar residencial, que proporciona o acesso ao direito à educação das crianças institucionalizadas através de várias respostas educativas. Surge assim também, através deste exemplo,

a oportunidade de observar se, neste caso concreto, a educação inclusiva, como é proclamada na atual legislação, é uma resposta em termos práticos.

Face ao exposto, o tema tratado nesta pesquisa revela-se pertinente na medida em que se analisa a efetivação do direito fundamental à educação de crianças portadoras de multideficiência, considerando esta questão sob diversas dimensões e refletindo acerca de questões sociais, educativas e legislativas. Deste modo, a educação de crianças com multideficiência deve ser assumida como uma das responsabilidades de uma sociedade inclusiva, democrática e livre, como se assume Portugal.

Assim, tendo por base o caso concreto do Centro em estudo, define-se o seguinte objetivo geral da pesquisa: observar as condições de acesso aos direitos das crianças portadoras de multideficiência, com especial enfoque no direito à educação.

Parte-se deste ponto para definir os objetivos específicos: (1) identificar as diferentes respostas para a concretização do direito à educação das crianças com multideficiência; (2) aferir se a legislação atual, alicerçada nas bases conceptuais da educação inclusiva, constitui uma resposta ajustada às crianças com multideficiência; (3) refletir sobre as escolas de educação especial no contexto da educação inclusiva.

Este trabalho encontra-se estruturado em três partes.

Numa primeira fase, enquadra-se teoricamente o tema da dissertação, de acordo com diversos autores da área. É feita a contextualização teórica da evolução do conceito de criança, do conceito de multideficiência, o surgimento dos direitos das crianças e de legislação para a sua proteção, a inclusão de alunos com multideficiência, o Direito à Educação e as formas da sua concretização.

Na segunda parte do trabalho é apresentada a metodologia do estudo através de uma proposta teoricamente fundamentada e descrito o processo de investigação, caracterizando o espaço geográfico e a amostra da pesquisa.

A apresentação dos resultados é feita na terceira parte, através de uma análise descritiva e da interpretação e discussão dos resultados obtidos tendo em conta a revisão da literatura efetuada. São ainda apresentadas algumas propostas para futuras pesquisas.

Por último, são apresentadas as conclusões do estudo e as considerações finais.